

Calha Norte ganha força no governo Itamar

■ Criado por Sarney para a segurança da fronteira amazônica, projeto é condenado pelas ONGs por violentar áreas indígenas

RONALDO BRASILIENSE

BRASÍLIA — A militarização da fronteira Norte do Brasil vai ganhar novo alento no governo Itamar Franco. O Projeto Calha Norte, criado no governo Sarney sob inspiração do general Rubens Bayma Denys, então chefe do Gabinete Militar e secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, merecerá atenção especial do secretário de Assuntos Estratégicos, Mário César Flores. "Acreditamos que o Calha Norte mereça prioridade elevada", afirma o ministro do Exército, Zenildo Zoroastro de Lucena. Para as Forças Armadas, o Calha Norte vem cumprindo seus objetivos visando "o desenvolvimento e a segurança nacionais".

Previsto para ter a participação de vários ministérios, como os da Saúde, Educação, Agricultura e Reforma Agrária e Transportes, o Calha Norte acabou se transformando num projeto exclusivamente militar, voltado para a construção de pistas de pouso e a criação de pelotões especiais de fronteira, principalmente numa vasta região localizada entre Tabatinga, no Amazonas, e Oiapoque, no Amapá, onde a densidade populacional atinge menos de dois habitantes por quilômetro quadrado.

Ressaltando que as teses sobre "soberania restrita" e "internacionalização da Amazônia" devem, no mínimo, ser avaliadas com profundidade pelos militares, Zoroastro defende o aumento do poderio militar na Amazônia Legal, região riquíssima em minérios e florestas tropicais que ocupa dois terços do território nacional.

"Pretendemos dar prioridade grande à Amazônia", adianta o ministro. "Transferimos para lá um comando de brigada e já melhoramos unidades dessa brigada." O Exército colocará entre o Comando Militar da Amazônia (CMA), sediado em Manaus, e os quartéis de fronteira comandos intermediários, chefiados por generais-de-brigada. "No princípio de 93, levaremos para a Amazônia uma brigada e dois batalhões", contou o ministro.

O 17º Batalhão de Infantaria Motorizada, hoje em Cruz Alta, passará a ser denominado 17º Batalhão de Infantaria de Selva, com sede em Tefé. O 61º Batalhão de Infantaria Motorizada, hoje em Santo Ângelo (RS), será rebatizado de 61º Batalhão de Infantaria de Selva e remanejado para Cruzeiro do Sul, no Acre. O 16º Batalhão de Engenharia e Construção, hoje em Cruzeiro do Sul, será transferido para Rio Branco.

"Com isso, acreditamos que o Calha Norte possa ser efetivado, pois é de fundamental importância para o país", afirma Zoroastro. A integração e a manutenção da soberania

sobre a Amazônia são argumentos arrolados pelo ministro para defender o Calha Norte. "Somos, talvez, os maiores responsáveis pela integração nacional, com a movimentação de nosso pessoal." Para o ministro, dezenas de povoados surgiram, principalmente na Amazônia, graças aos pelotões levados a regiões inóspitas.

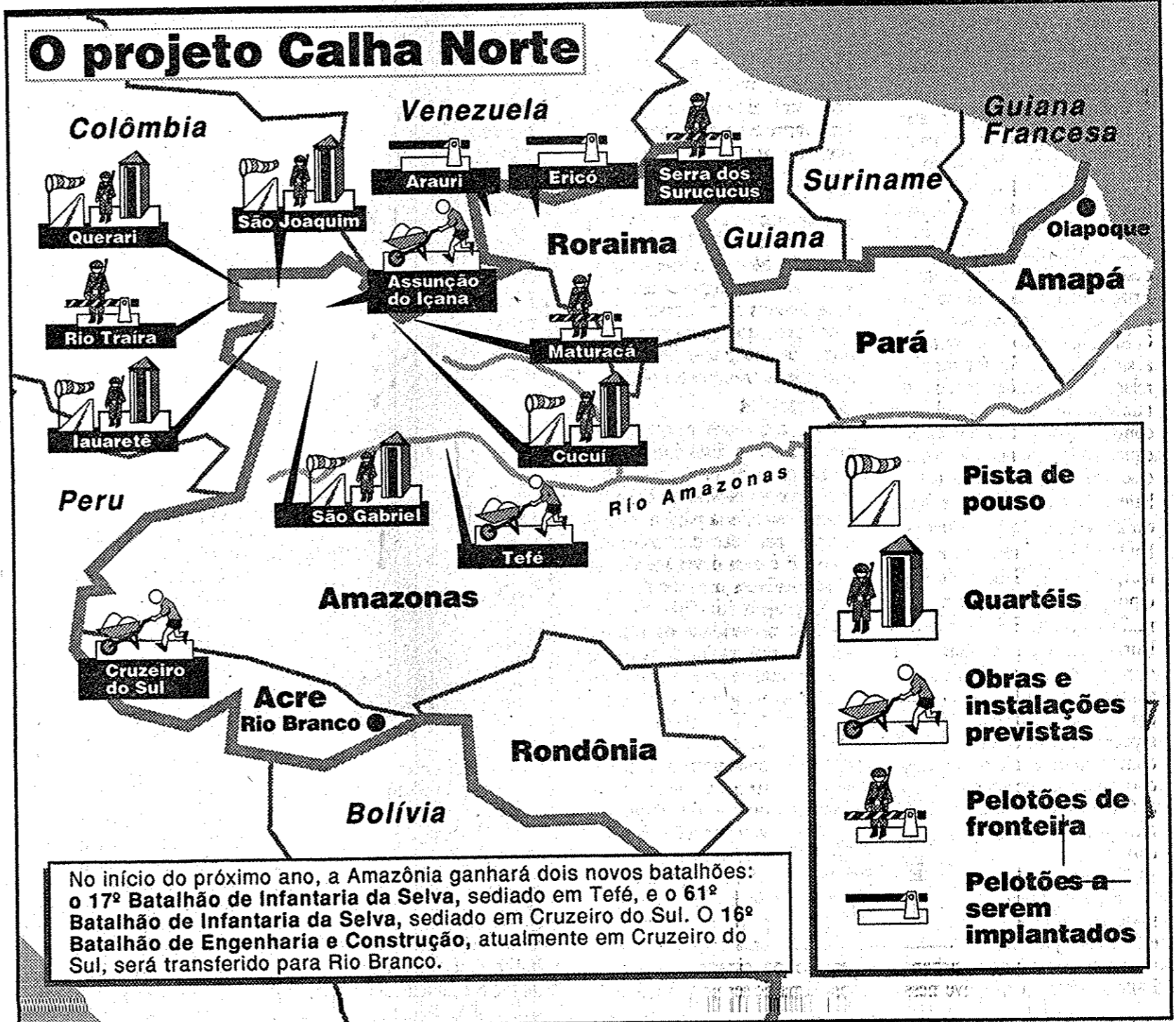
As Forças Armadas já abriram pistas de pouso e quartéis em São Gabriel da Cachoeira, Iauaretê, Querari, Cucuí e São Joaquim, e há projetos para criar guarnições também em Tunuí e Assunção do Içana, no Alto Rio Negro, na região conhecida como Cabeça do Cachorro. Foi montado também um pelotão de fronteira em Maturacá, no Vale da Neblina (atravessando duas áreas indígenas e um parque nacional, sem consulta ao Ibama e à Funai) e o pelotão especial de fronteira na Serra dos Surucucus, na reserva indígena ianomâmi, em Roraima. Neste estado, o Exército prevê a criação de dois outros pelotões de fronteira: um na área de Ericós e outro em Auaris, na fronteira com a Venezuela.

O Ministério do Exército conseguiu Cr\$ 300 milhões da ex-ministra Zélia Cardoso de Melo para criar um pelotão de fronteira na área do Rio Traira, na fronteira com a Colômbia, após o ataque de garimpeiros a uma patrulha do Exército, em que dois soldados morreram e cinco ficaram feridos. O general Antenor Santa Cruz Abreu, ex-comandante do CMA, e o seu chefe do Estado Maior, general Thaumaturgo Sotero Vaz,

hoje na reserva, apoiaram a versão de que o ataque à patrulha fora executado por guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (Farc), o que nunca foi comprovado. "Quem destrói a floresta amazônica são os índios e os cupins", acusa Santa Cruz.

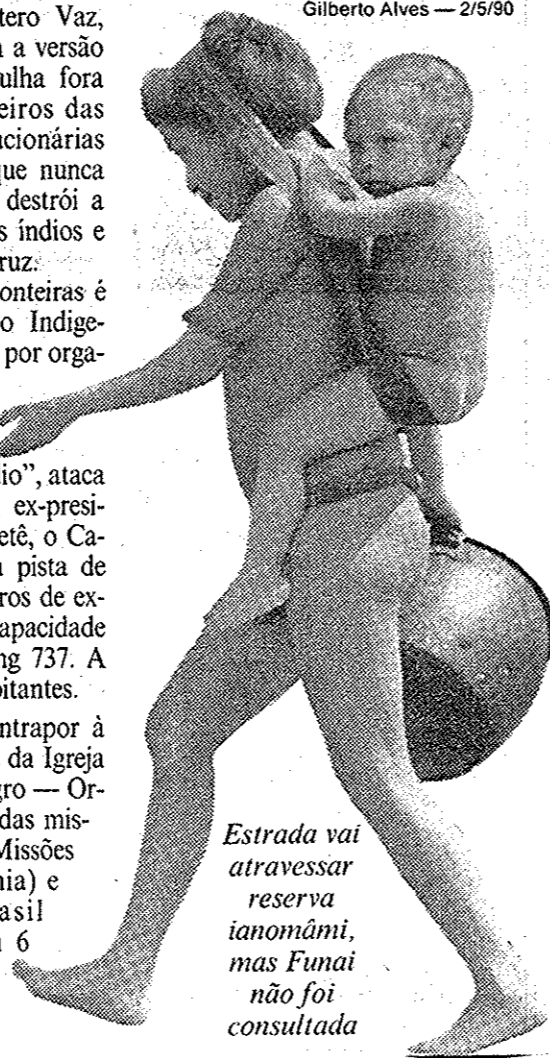
A militarização das fronteiras é condenada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e por organizações ambientalistas não-governamentais. "O Calha Norte é genocida e antiíndio", ataca o bispo Erwin Krautler, ex-presidente do Cimi. Em Iauaretê, o Calha Norte construiu uma pista de pouso com dois quilômetros de extensão, asfaltada, com capacidade para receber aviões Boeing 737. A cidade tem quatro mil habitantes.

O projeto tenta se contrapor à ação de missões religiosas da Igreja Católica no Alto Rio Negro — Ordem dos Salesianos — e das missões protestantes Meva (Missões Evangélicas da Amazônia) e Novas Tribos do Brasil (NTB), que atuam em 6 áreas ianomâmis.



Zenildo Zoroastro

Gilberto Alves — 2/5/90



Estrada vai atravessar reserva ianomâmi, mas Funai não foi consultada

Estradas desrespeitam legislação

As Forças Armadas brasileiras, ao tomarem a frente do Projeto Calha Norte, não levam em conta as legislações ambiental e indigenista na construção de estradas na fronteira do Brasil com a Venezuela. Um exemplo é o ramal rodoviário ligando a BR-307 (São Gabriel da Cachoeira-Cucuí), no Alto Rio Negro, que possibilitará acesso por estrada ao Vale da Neblina, onde está a área ianomâmi Maturacá.

Entre os ianomâmis de Maturacá estão, há mais de 30 anos, missionários salesianos. Na área, o Exército criou um pelotão especial de fronteira. A obra vem sendo realizada sem que o Ibama tenha aprovado Relatório de Impacto de Meio Ambiente (Rima), que nem chegou a ser apresentado. Apesar de cortar áreas indígenas, a Funai também não foi consultada.

A estrada, com 80 quilômetros, atravessa o Parque Nacional do Pico da Neblina, com 2,2 milhões de hectares, o segundo maior do Brasil e o terceiro da América Latina que,

ao lado do Parque Nacional Serrania da Neblina, com 1,3 milhão de hectares, em território venezuelano, forma um dos maiores complexos ecológicos protegidos do planeta. A construção de estradas em parques é proibida pela legislação brasileira. A irregularidade foi constatada pelo chefe do Parque Nacional do Pico da Neblina, Ezio Borba, que comunicou o fato à então presidente do Ibama, Maria Tereza Jorge Pádua.

Crime — As primeiras denúncias foram feitas pelo índio Orlandino Baré, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) ao então secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger. "Essa estrada é um crime, uma barbaridade", protesta Lutzenberger. "Me disseram quando eu estava na secretaria que não era verdade", recorda. Lutzenberger garante que a estrada dentro do parque representa um perigo para todo o território. "E logo naquela região, que está praticamente intocada?", espanta-se, mos-

trando que no lado venezuelano toda a área está destinada à preservação ecológica.

"A estrada atravessa a reserva ianomâmi e atinge os índios tucanos da área Balaio", acusa Orlandino Baré, lamentando que nenhuma providência tenha sido tomada para coibir as irregularidades. "A Constituição estabelece que estradas para escoamento de divisas são proibidas em parques nacionais", afirma Maria Tereza Pádua que, como diretora de Parques do extinto IBDF, foi responsável pela criação do Parque do Pico da Neblina.

As Forças Armadas criaram pelotões em Querari, na área indígena macu, e em São Joaquim, onde moram índios baniuas e curipacos. "O Calha Norte foi criado para descaracterizar os índios", acusa Baré, mostrando que índios do Alto Rio Negro, que nem sequer falam português, são obrigados a prestar serviço militar nos pelotões do Calha Norte. (R.B.)